

“D’ONDE VEIO AOS PRETINHOS DE ANTONINA AQUELLA CRENÇA DE QUE O IMPERADOR OS TINHA LIBERTADO?”: UMA HISTÓRIA DO BOATO NO PARANÁ ESCRAVISTA

“WHERE DID COME FROM THAT BELIEF WHICH THE EMPEROR HAD FREED THE BLACKS OF ANTONINA?”: A HISTORY OF THE RUMOR IN THE SLAVE PARANÁ

Vinícius Augusto Andrade de Assis¹

Resumo. Este artigo tem como objetivo explorar o episódio do boato de rebelião escrava que ocorreria em Antonina, cidade litorânea do Paraná, no ano de 1859. Entre fontes oficiais e jornalísticas referentes ao boato propagado, buscaremos indícios e hipóteses sobre os objetivos, sentidos e usos do mesmo. Tal análise permitiu-nos adentrar numa sociedade de senhores e escravos, no qual o primeiro grupo se aproveitou de um ambiente de incertezas para a manutenção da ordem escravocrata vigente através da propagação do boato de rebelião escrava.

Palavras-chave: Boato; História do Paraná; Escravidão.

Abstract. This article aims to explore the episode of the slave rebellion rumor that would occur in Antonina, a coastal city of Paraná, in the year 1859. Among official and journalistic sources concerning the rumor propagated, we will seek indications and hypotheses about the objectives, meanings and uses of the same. This analysis allowed us to enter into a society of masters and slaves, in which the first group took advantage of an environment of uncertainties for the maintenance of the current slave rule through the propagation of the rumor of slave rebellion.

Key-words: Rumor; History of Paraná; Slavery.

Introdução

Aos quinze dias do mês de janeiro do “ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1859”, um grupo de seis vereadores², em sessão ordinária no Paço da Câmara Municipal de Antonina, produziu um ofício que seria enviado ao “Illm^o Ex^{mo} Senr^o Presidente desta Provincia do Paraná” Francisco Liberato de Mattos³. O documento nos informa que se espalhava, desde o dia anterior, a notícia de que a cidade estaria exposta a “hua proxima sublivação d’escravos” sob pretexto de uma “liberdade geral” que lhes teriam sido conferida e que fora sub-rogado por alguma autoridade do Império.

De acordo com tais vereadores, servindo-se os escravos das noites de ensaio da Congada para a festa de São Benedito, que seria realizado no dia 20 do dito mês, estariam eles transmitindo tal notícia às escravarias dos distritos rurais e preparando-os para consumir o

¹ Graduado e mestrando em História pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: vinideassis1@gmail.com.

² Eram eles Luiz Carmeliano de Miranda, Domingos Theodoro Ferreira, José da Costa Pinto, Cyriaco Ferreira de Arantes, Manoel Vicente da Silva e João Xavier Nepomuceno.

³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, DEAP/PR. BR APPR PB CO 007, AP 0069, vol. 02, pág. 02.

“sinistro plano”. Entretanto, ao invés de simplesmente suspenderem os ensaios das Congadas com o aparato policial, os membros da Câmara Municipal não hesitaram em alertar o governo provincial, “tomando em consideração os funestos fins que pode ter semelhante notícia”, afim de que se dignassem dar as providencias que julgassem conveniente a tranquilizar os habitantes de Antonina, que “de maneira alguma se acomodão com o auzo de semelhantes reuniões”.

A história que começamos a narrar já nos permite observar certa tensão dos vereadores de Antonina frente aos escravos que se ajuntavam para os ensaios da Congada, sendo que eles estariam planejando “hua proxima sublivação” em prol da liberdade coletiva, sub-rogada por autoridade imperial, e que caberia ao governo provincial tomar as devidas providências caso julgasse necessário. Experiência semelhante à mencionada acima foi narrada nos primeiros parágrafos da dissertação de Eduardo Spiller Pena. Buscando analisar a astúcia de escravos inseridos em conflitos diários com seus proprietários – visando amenizar suas condições de vida – em Curitiba⁴, Pena nos introduz à pesquisa a partir do alerta do jornal Gazeta Paranaense (em março de 1882) referente às desordens e aos possíveis perigos que poderiam ocorrer no chafariz do Largo Zacarias.

A publicação afirmava que, por ser uma localidade assiduamente frequentada por inúmeros “negros, criados, colonos e soldados carregadores de água”, alguma fatalidade ocorreria se não houvesse, por parte do aparato policial, um controle dos indivíduos que frequentavam o chafariz do Largo Zacarias diariamente. Assim o autor desenvolve a hipótese de que, fosse nos largos e praças, ou nas festas e demais ambientes voltados às sociabilidades, a vasta gama dos populares curitibanos tiveram suas experiências históricas reduzidas pelo discurso dominante à categoria “delito” e à condição de “perigoso suspeito” qualquer indivíduo que gozasse de momentos exteriores ao ambiente de trabalho⁵.

Duas experiências ocorridas em lugares e anos distintos, as sociabilidades em torno do Largo Zacarias, em Curitiba, e as noites de ensaio da Congada, em Antonina, já nos mostram a capacidade de uma simples aglomeração de negros escravizados ou das demais camadas populares “exporem” o medo/receio das autoridades e da classe senhorial perante a alteração do *status quo* dessas localidades. Entretanto, mais do que a alteração da normalidade em tais sociedades escravistas, as informações descritas no ofício dos vereadores de Antonina ao Presidente da Província do Paraná nos levaram à história de um falso boato de rebelião

⁴ PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1990, p. 181.

⁵ **Ibid.**, p.1-6.

escrava – até agora esquecido no fundo documental referente aos africanos e afrodescendentes do Arquivo Público do Paraná – em decorrência de uma suposta proposta de liberdade concedida aos escravos de Antonina.

Diante de tais considerações, este artigo tem como objetivo explorar o episódio do boato de rebelião escrava que ocorreria em Antonina. Boatos, rumores, fofocas e atualmente as chamadas *fake news* são práticas comunicativas fundamentais, integrantes na sociabilidade cotidiana e primordiais para compreendermos fenômenos históricos já ocorridos, como também os atuais. Destacamos o fato do G1, portal de notícias mantido pela Central Globo de Jornalismo, ter desenvolvido o banco de boatos *É ou não é* afim de checar a veracidade das notícias que popularizam em redes sociais, expor os principais boatos circulados em tais plataformas e promover a alimentação do banco pelos indivíduos que acessam através de um cadastro⁶. No *É ou não é* podemos encontrar os boatos que se espalharam (principalmente em grupos de WhatsApp) em meio à greve dos caminhoneiros ocorrida entre fins de maio e início de junho deste ano, assim como os rumores em torno da vida pública e privada de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), socióloga com mestrado em Administração Pública e defensora dos direitos humanos que foi brutalmente assassinada, juntamente com o motorista Anderson Pedro Gomes, em 13 de março deste ano⁷.

A presença do boato em diferentes períodos históricos nos mostra que tal prática deve, na perspectiva do historiador, sociólogo ou antropólogo, ser entendido como uma forma de interpretar um ambiente de incertezas e de reforçar determinadas ideias ou sinais de abertura em grupos sociais⁸. Assim buscaremos indícios e hipóteses sobre os objetivos, sentidos e usos do boato propagado. Para tanto, daremos continuidade à narrativa a partir do relatório de Luiz Francisco da Câmara Leal, chefe da Repartição de Polícia da Província do Paraná, referente à investigação realizada em Antonina em decorrência da suposta rebelião escrava, mas antes discutiremos alguns princípios teóricos, metodológicos e historiográficos para uma história do boato no Paraná escravista.

Para uma história do boato

Cabe aqui reafirmar que entendemos o boato como uma prática comunicativa e interpretativa de informações instáveis, propagada em momentos de incerteza e produto das

⁶ O banco de boatos “É ou não é” foi ativado em 08/07/2017.

⁷ Disponível em: < <http://especiais.g1.globo.com/fato-ou-fake/2018/banco-de-boatos/>>. Acesso em: 02/10/2018.

⁸ MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio Cesar. Boatos, crises e oportunidade políticas na Antiguidade Tardia. In: **Revista História**. São Paulo, v.35, 2016, p. 2.

experiências históricas, sendo uma fonte fundamental para o ofício do historiador. Entretanto, tal perspectiva é atual se comparada às interpretações do mesmo enquanto patologia social, propagados em finais do século XIX por estudos psicológicos como os de Gustave Le Bon. Em *Psicologia das multidões* (1895), Le Bon buscou analisar a chamada unidade mental (ou alma coletiva) das multidões e suas características, como o desaparecimento da personalidade consciente e a orientação dos sentimentos num mesmo sentido. Para o autor certos sentimentos só surgem e se tornam atos nos indivíduos em multidão – um ser provisório composto de elementos heterogêneos que, por momentos, se unem, “tal como as células que se unem num corpo novo formam um ser que manifesta caracteres bem diferentes daqueles que cada uma das células possui”⁹.

Estamos aqui diante de uma corrente de pensamento que compreendia a multidão intelectualmente inferior aos indivíduos, sendo que suas consequências – como rebeliões, protestos, manifestações e a própria propagação dos boatos – seriam uma patologia, um desvio em relação à normalidade social, isso dependendo da forma como o aparato normalizador às sugestionam¹⁰. Logo, o boato seria uma das patologias sociais na multidão, produto de sua dominação pelo inconsciente, pelo desaparecimento da racionalidade e individualidade.

Um contraponto a abordagem do boato como patologia social desenvolveu-se entre alguns historiadores vinculados aos *Annales* no período de sua fundação, a começar por Marc Bloch. No artigo *Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra*, publicado originalmente em 1921 na *Revue de Synthèse Historique*, Bloch afirma que as múltiplas formas de falsas notícias – boatos, imposturas, lendas – preenchem a vida da humanidade. Logo, entender os processos em torno da lógica narrativa das falsas notícias – como nascem, a que elementos buscam substância, como se propagam e ganham amplitude em meio às sociedades – seria primordial a “quem quer que tenha o gosto pela reflexão sobre história”¹¹.

Partindo de suas próprias experiências em torno das falsas notícias que se alastravam nas trincheiras francesas, durante a Primeira Grande Guerra, Bloch buscou compreender tais práticas como produto da psicologia social em momentos de crise e insegurança, marcados principalmente pela falta de informações oficiais e pelo

⁹ LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. Lisboa: Edições Roger Debraux, 1980, p. 12.

¹⁰ *Ibid.*, p.15.

¹¹ BLOCH, Marc. **Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra**. In: História e historiadores. Textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998, p. 179.

desenvolvimento de “representações coletivas que preexistem ao seu nascimento”¹². Segundo o historiador:

Estas [as falsas notícias] nascerão porventura muitas vezes de observações individuais inexatas ou de testemunhos imperfeitos, mas este acidente original não é tudo; na verdade, só por si, nada explica. O erro só se propaga, só se amplia, só vive com uma condição: encontrar na sociedade em que se difunde um caldo de cultura favorável. Nele, inconscientemente, as pessoas exprimem os seus preconceitos, os seus ódios, os seus medos, todas as suas emoções fortes¹³.

Entendemos que, em tal abordagem, os boatos serviriam de alívio às ansiedades coletivas, como válvulas de escape em contextos de crise, de perturbações e incertezas – o “caldo de cultura favorável” para suas propagações. Trabalho que dialoga com a proposta de Bloch é *O Grande medo de 1789* (1932), de Georges Lefebvre. Tal historiador, cujos estudos voltaram-se ao povo francês no período da Revolução¹⁴, propôs uma análise em torno desse “grande medo” – uma série de agitações e insurreições em torno dos boatos de que bandidos estariam espalhados por toda a França, a mando da aristocracia, para destruir a colheita camponesa – e suas consequências – como o armamento camponês e sua inserção junto aos ideais revolucionários, além da queda dos privilégios aristocráticos no decorrer da Revolução.

No decorrer do livro, Lefebvre dissecou o grande medo diante do “caldo de cultura favorável” para a propagação dos boatos de bandidos: a mendicância, o desemprego e a carestia de víveres nos campos em tempos de colheita. Tudo isso num momento de crise política entre o Terceiro Estado e a aristocracia, sustentada pelo poder monárquico, “e que, em diversas províncias, já tinha dado às revoltas da fome um caráter social”¹⁵, transformando-se em conflitos regionais e produzindo a generalização do medo. A obra deixa clara que a combinação de problemas políticos, aproximando-se do período da colheita, resultou no grande medo em diferentes regiões da França.

De patologia social à produto de crises – turbulências políticas, incerteza nas táticas e estruturas – e mentalidades coletivas, o boato, enquanto prática comunicativa, foi e é presente na sociabilidade cotidiana, além de ser ajustável às experiências históricas. Como

¹² *Ibid.*, p.191.

¹³ *Ibid.*, p.180.

¹⁴ Destacamos aqui o fato de Lefebvre ter proposto uma “história vista de baixo” décadas antes da chamada *Nova Esquerda Inglesa*, vertente historiográfica cujos principais nomes são Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill.

¹⁵ LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p.191.

bem salientou Julio Cesar Magalhães de Oliveira, ao analisar a percepção de crise, a propagação de boatos e a abertura de oportunidades políticas na Antiguidade Tardia:

[É] preciso lembrar que boatos, rumores e até mesmo a difamação deliberada continuam hoje, como no mundo antigo, sendo apenas meios que tornaram possível a sua comunicação. um meio a serviço das intenções que atravessam os grupos que compartilham essas informações. Boatos, é claro, não são inócuos e é por isso que as autoridades de hoje, como as do passado, estão sempre preocupadas em restringir sua difusão. Mas se queremos saber as causas do ódio que os boatos veiculam, é preciso ir além dos meios que tornaram possível a sua comunicação¹⁵.

Mais que do que os meios ou o “caldo de cultura favorável” que possibilitam a propagação do boato, consideramos primordial que o historiador esteja atento à indícios e hipóteses sobre os processos de sua narrativa, dialogando com Marc Bloch. Quais os usos e sentidos do boato para determinados grupos? Em quais grupos o boato salienta expectativas? Sua propagação foi intencional ou espontânea? Diante de tais princípios é que voltaremos nossa análise à investigação realizada em Antonina em decorrência da suposta rebelião escrava.

A investigação

Em 17 de janeiro do corrente ano havia Luiz Francisco da Câmara Leal recebido um ofício do Delegado Suplente de Antonina, Joaquim Leite Mendes, com a notícia de “andar um indivíduo de nome João Ferreira Dério espalhando que os escravos, ali, estavam para ser libertados, pois para isso dentro de mês e meio chegaria um navio com a respectiva ordem”; que mandara chamar o tal Dério para averiguações e que dera providências que “entendêra necessárias para evitar que os escravos se exaltassem, e tentassem alguma insurreição”. No mesmo dia recebera do Presidente da Província uma cópia do ofício que os membros da Câmara Municipal d’aquela cidade enviaram dois dias antes, no qual narramos na introdução desse artigo. Diante de tal tensão Câmara Leal afirma em seu relatório que “N’essa Portaria ordenára-me V. Ex^a [Presidente da Província do Paraná] que dêsse as necessárias providências”¹⁶.

Em consequência disso, Câmara Leal mandou que o Capitão Manoel Eufrásio da Assumpção fosse para Antonina, via Porto de Cima e Morretes, levando consigo as praças de polícia de tais vilas e que, chegando em Antonina, buscassem vedar os escravos que levassem à “efeito aquella tentativa”. Já no dia 19 recebera outro ofício, dessa vez do

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, DEAP/PR. BR APPR PB CO 007, AP 0069, vol. 02, págs. 10/13.

Delegado Antonio Alves d'Araujo, alegando que, ao chegar de viagem que fizera à Curitiba e ao Príncipe (atual Lapa) soubera da notícia de rebelião escrava; que havia requisitado do Tenente-Coronel do Batalhão da Guarda Nacional cinquenta guardas, e do Delegado de Paranaguá as praças do destacamento que pudesse dispensar, e cinquenta espingardas; e que a tal “autoridade do Império” seria ele, “a quem os pretos imputavam haver cassado e occultado a tal ordem de libertação, partidas da Corôa; e que diziam esperar por um navio inglez, que devia protegê-los”¹⁷.

A informação de que Antonio Alves d'Araujo era visto como o intermediador da liberdade coletiva e a possível intervenção armada do aparato policial regional e da Guarda Nacional aos escravos antoninenses fez com que o Presidente da Província enviasse Câmara Leal àquela cidade para averiguar melhor os fatos. Chegando à Antonina foi informado que se achavam presos, para averiguações, o mencionado Dério, um preto e uma mulata, sendo interrogados no dia 21 junto com quatro pessoas não mencionadas.

O relatório nos indica certo desapontamento, por parte do chefe da Repartição de Polícia da Província do Paraná, em descobrir após os interrogatórios que houve apenas um “terrôr panico da parte de alguns; e que, si tal terrôr poderia provocar as Autoridades policiães à darem providencias preventivas por cautela, não era [o] bastante para que a Câmara se reunisse e fizesse” o officio do dia 15, baseado apenas nas propostas de um dos vereadores (o Presidente), “que limitou-se à dizer que havia borborinhos e que era preciso pedir provicendias”. A partir daí que a rebelião escrava fora descortinada por Câmara Leal. A explicação e o objetivo para o falso boato são dignos de uma citação integral:

Está em concerto a Igreja Matriz, e diz-se que taes concertos só se concluirão com uma despeza de septe ou oito contos de reis, e no decurso de dez annos. Celebra-se Missa na Sachristia que terá capacidade para receber apenas trinta pessoas. A irmandade de S. Benedicto está concertando a Igreja do Rosario, e houve quem se lembrasse de que para esta deve passar provisoriamente a Matriz. Para o concerto da Igreja do Rosario tem o Padre Jordão obtido dinheiro por meio de subscrição e esmollas; e para a da Matriz diz-se não ter-se conseguido o mesmo. A este respeito tem apparecido polemica no Dez-e-nove de Dezembro¹⁸, e os que se interessam

¹⁷ Destacamos que o episódio aqui analisado insere-se num momento de crise do escravismo no Brasil, sendo posterior ao movimento diplomático e marítimo inglês contra o tráfico negreiro e à promulgação da lei Eusébio de Queiróz de 1850, lei que “afirmou o compromisso definitivo do governo e da justiça imperial com o fim do tráfico atlântico de escravos. Mas pouco questionou a cumplicidade do estado e da elite política com a escravização criminosa de africanos nas duas décadas precedentes” (MAMIGONIAN, 2016, p.284), momentos amplamente divulgados nos jornais da época. Ver: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁸ Jornal produzido em Curitiba e distribuído em toda Província do Paraná, funcionou entre 1854 e 1890. Consultamos as edições 29 e 79 de 1858 e 1859 respectivamente, no qual encontra-se algumas informações sobre as reformas das igrejas de Antonina. Porém optamos em não expor tais fontes, uma vez não

pela Igreja Matriz e não querem que dela saia o Santissimo entendem que devem procurar todos os meios d'obstar a que a Irmandade de S. Benedicto continúe com os concertos da Igreja do Rosario, e faça a sua festa a fim de não ter [lugar] aquella transferencia e sentem-se offendidos por de dizer que nada promoveram à bem da sua Igreja, ao passo que os Irmãos de S. Benedicto á tem feito.

Lembraram-se, pois, de espelhar falsamente a pretensão de insurreição dos escravos, para que, perseguidos pela autoridade, se desgostassem e abandonassem aquele propósito; imprudencia inqualificavel, e cujos autores se occultam cautelosos.

Ainda no momento das interrogações, teria o Delegado antoninense Joaquim Leite Mendes informado à Câmara Leão que não descobriu ponto algum de reunião dos escravos, nem que tivessem armamento ou que houvessem encomendado; também é relatado que João Ferreira Dério negara as acusações de que teria espalhado o boato da rebelião entre os escravizados. Questão irônica presente no relatório, foi o fato de que o Subdelegado João Antonio Pereira só soubera da propagação de tal boato quando o chefe da Repartição de Polícia chegou a Antonina, e ainda indagou qual o motivo de sua visita!

Em suma, “não foi, pois, verdade que tivesse havido tal pretensão entre os escravos, a quem aliás se foi despertar essa idéa que não tinham! ”. Assim Luiz Francisco da Câmara Leal deu por finalizada a investigação e o relatório ao Presidente da Província do Paraná, retornando à Capital ciente em ter “deixado os habitantes d'aquella cidade desassombrados, e certos de que promptissimas forão as providencias”.

Um exercício historiográfico

A história que acabamos de narrar deixa claro como um boato de rebelião escrava foi capaz de promover todo um processo de tensão, denúncias e investigações em Antonina no decorrer de nove dias¹⁹. Entretanto os documentos não nos permitem averiguar se o boato espalhou-se pela população negra, uma vez que a narrativa das fontes foi produzida da perspectiva dos que temiam a rebelião. Logo, para um aprofundamento de nossa análise, buscaremos aqui indícios e hipóteses de como tal episódio foi compreendido não apenas pelos escravistas, mas também pelos escravizados.

complementam o que é descrito no relatório de Luiz Francisco da Câmara Leal e fugiria dos objetivos aqui propostos.

¹⁹ Do 15 de janeiro, data da produção do Ofício da Câmara Municipal de Antonina, ao retorno de Luiz Francisco da Câmara Leal à Curitiba no dia 23.

Em *Onda negra, medo branco*, Celia Maria Marinho de Azevedo buscou adentrar-se no imaginário “perpassado pelo medo, pela tensão sempre presente nas relações entre ricos proprietários brancos e miseráveis negros e mestiços escravos ou livres”²⁰ que atormentava os homens de elite no Brasil oitocentista. Para a historiadora, recuperar o medo como dimensão histórica não é tarefa fácil, uma vez que dificilmente se encaixaria em modelos metodológicos, que aparece apenas de relance nas fontes e raramente é reconhecido pelos sujeitos que vivenciaram o momento pesquisado, além de pouco incorporado nas análises historiográficas, compreendido apenas como dimensão oculta das experiências históricas²¹.

Entretanto, do ponto de vista dos vereadores de Antonina, o medo (ou melhor, o “medo branco”), poderia ser uma chave de compreensão não apenas para a propagação do boato de rebelião escrava, mas também pelo fato desses pedirem que o Presidente da Província tomasse as devidas providências para conter “sinistro plano”, este que, durante toda a experiência da escravidão nas Américas, era o último recurso aos que não aguentavam mais as crueldades da instituição. Tal ponto de vista foi relatado por Câmara Leal, quando afirmou que um simples boato não deveria ser motivo para que os vereadores produzissem o ofício do dia 15, baseados apenas nas opiniões do Presidente da Câmara, que se limitou a dizer que havia “borborinhos e que era preciso pedir providencias”.

Vale aqui mencionarmos que a primeira metade do século XIX proporcionou uma série de revoltas escravas na América Portuguesa que visavam a abolição total da escravidão ou apenas para determinados grupos, tanto os diversos africanos (como haussás, nagôs, angolas e jejês) quanto os crioulos, as melhorias nas condições de trabalho, a morte dos senhores escravistas e até de toda população branca. As revoltas como as ocorridas na Bahia entre 1807, com chamada conspiração haussá, ao levante dos malês de 1835, destacaram-se na historiografia brasileira a partir dos estudos de João José Reis²².

Mesmo com as frequentes fugas e formações de quilombos, as rebeliões se multiplicaram no decorrer do Oitocentos. No caso da Bahia isso teria ocorrido devido ao crescimento da economia canavieira, o aumento nas importações de africanos, a intensificação do trabalho escravo, as crises cíclicas de abastecimento, o clima de divisão entre os setores livres da população, a ineficiência do aparato repressivo, a geográfica favorável para a criação

²⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.28.

²¹ **Ibid.**, p.19-20.

²² João José Reis dedicou dois capítulos à tradição rebelde dos escravos da Bahia, ver: REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.68-121.

de quilombos e a “importância organizacional e ideológica da religião africana, em especial o islamismo, e da identidade étnica, em particular entre alguns dos grupos africanos mais numerosos”²³. Diante da multiplicação de revoltas escravas, o medo dos vereadores antoninenses em torno do boato de “hva proxima sublivação d’escravos” nos leva à hipótese de que estes tiveram contato com notícias sobre as rebeliões e outras resistências negras ocorridas por todo o Brasil – como as fugas, quilombos, crimes, suicídios, abortos e demais astúcias²⁴.

Reiteramos aqui que os usos e sentidos do boato pelos escravos são de difícil acesso, uma vez que as fontes que relatam o episódio foram produzidas na perspectiva dos que os temiam. Jamais teremos certeza se eles creram no boato, se contribuíram para sua propagação ou se este serviu como inspiração para o planejamento de futuras resistências. Porém, um artigo publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*, em 29 de janeiro de 1859, nos oferece uma hipótese da recepção do boato pela população escrava de Antonina. Assim começa:

D’onde veio aos pretinhos de Antonina aquella crença de que o Imperador os tinha libertado, e que a assembléia desta província, e o governo provincial não queriam fazer efetiva esta medida? Quem seria o gaiato que teve a lembrança de tirar sossego aos pobres escravos, dando-lhes tão desmesuradas esperanças, para afinal de contas recaírem no desengano e no desalento? Dirão muitos que só em cabeça de negros poderiam entrar estas idéias absurdas; porém devem lembrar-se que o povo de qualquer país que seja é sempre crédulo, e recebe facilmente dando-lhes vulto, os mais disparados pensamentos.[...] Voltando porém o negócio dos pretos de Antonina, e ao sujeito que lhes pregou tão nociva pêta, se fosse possível descobri-lo, daria o meu voto (na qualidade de cidadão brasileiro) para que fosse ele despido, seu corpo untado de mel e amarrado a um poste no lugar onde houvesse mais moscas: e para que a cabeça não concebesse mais semelhantes ideias, fosse ela raspada, untada com manteiga, expondo-se o cujo o um sol de fevereiro²⁵.

²³ *Ibid.*, p.68.

²⁴ Sobre as pequenas e grandes resistências negras à ordem escravocrata, ver: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Após as obras de João José Reis, outros historiadores também se dedicaram aos estudos das revoltas e resistências escravas no Brasil, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebelião escrava na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas*. In: **Afro-Asia**. Salvador, n.21-22, 1998, p.45-82; MOREIRA, Paulo Staudt. *Saquear a povoação, roubar as mulheres e se reunir com os castelhanos: Seduções, boatos e insurreições escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos*. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, n.21, 2016, p.34-61; PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

²⁵ **HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL**. DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba. Anno V. Sabbado, 29 de janeiro de 1859. N° 86, p.1.

O autor desconhecido retrata em seu artigo o discurso em torno do “medo branco”²⁶ e do conservadorismo dessa sociedade escravista paranaense. Suas primeiras linhas já nos indicam que parte da população escrava acreditava no boato, mas enfatizando seu objetivo principal: a “liberdade geral” que lhes teriam sido conferidas por autoridade imperial ou pelo próprio Imperador, como nos informam as fontes aqui analisadas. Se alguns escravos não tivessem acreditado no boato, teria o autor iniciado o artigo se perguntando de onde os negros de Antonina informaram-se que o Imperador os tinha libertado e quem tirara o sossego dos “pobres escravos, dando-lhes tão desmesuradas esperanças, para afinal de contas recaírem no desengano e no desalento”?

Outra questão que legitima nossa hipótese do uso e sentido do boato pelos escravos é dada pelo período em que o episódio ocorreu. A segunda metade do século XIX foi nitidamente marcada por dois eventos primordiais para a transição da escravidão à liberdade: primeiramente a proibição definitiva do tráfico atlântico em 1850 e, em segundo, pela ascensão do movimento abolicionista na Europa e nas Américas, assegurando a decadência da instituição nas sociedades escravistas ocidentais.

Mais especificamente no Brasil, popularizou-se as práticas de alforrias com a prerrogativa dos senhores, os processos cíveis de escravos e mudanças na legislação escravista em prol da liberdade, ainda que minoritária – como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) –, sendo a partir da década de 1880 que se massificou o movimento abolicionista. Mesmo com lideranças proveniente de famílias brancas e da elite escravista, o abolicionismo brasileiro caracterizou-se também pela participação de uma minoria de líderes e intelectuais negros, como Machado de Assis, André Rebouças, Luís Gama e José do Patrocínio.

Tal momento ainda foi marcado pelas práticas de se estimular no cativo a adoção de um caminho ordenado, disciplinado e legitimado pelo aparato jurídico à liberdade ou para a transferência de propriedade em contraponto às resistências escravas. As esperanças de liberdade, assim como a ameaça de venda para um senhor desconhecido estariam contidos nas relações com seus senhores, em particular, e na submissão ao ordenamento jurídico vigente²⁷. Exemplos como dos escravos da Fazenda Capão Alto – propriedade absenteísta localizada em Castro e pertencente aos frades carmelitas de São Paulo – que, ao serem

26 Discursos que corroboram com o aqui exposto são as fontes literárias analisadas por Célia Maria Marinho de Azevedo, especialmente no capítulo 1.

27 PENA. **Op. Cit.**, p.348; CHALHOU, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.122; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p.268.

arrendados por uma empresa paulista, se negaram em deixar a fazenda enquanto não fosse ordenado por Nossa Senhora do Carmo, de quem eram escravos e devotos (em decorrência da ordem carmelita)²⁸, ou do escravo Bento, que solicitou à Tesouraria Provincial do Paraná um empréstimo para a compra de sua alforria, comprometendo-se a trabalhar como servente até a quitação²⁹ são produtos desse período. Assim, o fato da “liberdade geral” aos escravos antoninenses ser conferida pelo Imperador ou por outra autoridade imperial, seria um caminho coletivo ordenado, disciplinado e legitimado pelo aparato jurídico à liberdade e que teria gerado esperanças e expectativas aos mesmos.

Até agora nos debruçamos em duas possíveis vertentes dos sentidos e usos do boato propagado em Antonina: o “medo branco” perante a rebelião escrava e o caminho coletivo para a liberdade dos escravos. Porém ambas não condizem com o objetivo da propagação do boato, no qual Luiz Francisco da Câmara Leal escrevera em seu relatório em tom de desapontamento. Pelo o que a fonte nos indica a Irmandade de São Benedito estava concertando a sua Igreja do Rosário, sendo que essa passaria provisoriamente a Matriz em decorrência da reforma da Igreja Matriz e da incapacidade de sua sacristia na celebração de missas, que comportava apenas 30 pessoas.

Certo desconforto por parte dos membros da igreja Matriz deve ter ocorrido pelo fato do padre Jordão ter “obtido dinheiro por meio de subscrição e esmollas” para os concertos da igreja do Rosário e nada para a Matriz, além de que esses não desejavam que dela saísse o Santíssimo. Diante desse impasse, tais membros buscaram “todos os meios d’obstar a que a Irmandade de S. Benedicto continúe com os concertos da Igreja do Rosario, e faça a sua festa”, afim de não haver a transferência do Santíssimo³⁰ e nem a respectiva reforma. Assim espalharam “falsamente a pretensão de insurreição dos escravos” que, reprimidos pelo aparato policial, desviariam suas atenções às causas do Rosário.

O final da narrativa contida na fonte nos coloca diante do motivo para o falso boato: a igreja do Rosário e a Irmandade de São Benedito. As irmandades negras, assim como as demais confrarias e ordens terceiras, foram associações corporativas leigas, católicas e que agregaram a população escrava e livre do período colonial ao Império. Devotas dos chamados santos pretos – como São Benedito, São Elesbão, Santo Antônio de Categeró, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário –, tais irmandades eram responsáveis pelas cerimônias fúnebres, festividades religiosas, inserção dos negros nas sociabilidades cotidianas, manutenção de

²⁸ PENA. **Op. Cit.**, p.312.

²⁹ GRAF, Márcia Elisa Campos. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1981, p.114.

³⁰ Pão (hóstia) e vinho consagrados.

identidades étnicas, obtenção de alforrias e esmolos para os confrades em dificuldades, objetivos que eram firmados pelos membros no momento da filiação a pela leitura do estatuto ou *compromisso* de cada irmandade.

Analisando as diversas irmandades existentes na Bahia entre os séculos XVI e XIX, João José Reis enfatiza que essas tinham a função primordial de representar, socialmente e politicamente, os diversos grupos sociais e ocupacionais então existentes. Na falta de associações de classe, elas auxiliaram a tecer solidariedades na estrutura econômica e algumas não hesitavam em expor isso em seus compromissos, quando exigiam que “seus membros possuíssem, além da adequada devoção religiosa, bastantes bens materiais”³¹. O historiador ainda reitera que o critério que mais regulava a entrada de membros nas irmandades não era ocupacional e econômico, mas sim étnico-racial.

Outro historiador que se adentrou na história das irmandades foi Carlos Alberto Medeiros Lima. Pautado em ampla bibliografia, este propôs um balanço historiográfico referente aos mecanismos implícitos na definição e composição de irmandades negras entre 1700 e 1850. Para o historiador tais confrarias remeteriam “aos mecanismos de formação da comunidade cativa no Novo Mundo, não no sentido de pressupô-la, mas no de inserir-se no processo de sua constituição”³², permitindo adaptações de ritos religiosos, reivindicando identidades e aparando entre escravos (fossem africanos ou crioulos) e libertos na sociedade brasileira. Assim como as diversas resistências negras já mencionadas no decorrer deste artigo, as irmandades também podem ser compreendidas como uma esperança e astúcia negra à ordem escravocrata.

Entretanto, mesmo com intenções que buscavam favorecer a situação tanto dos negros em cativeiro quanto dos libertos, as irmandades negras ainda poderiam servir como instrumentos do domínio escravista, produzindo um falso igualitarismo em torno da índole religiosa e um maior peso aos conflitos entre senhores e cativos que, da perspectiva senhorial, poderia prevenir alianças perigosas e possíveis uniformizações ideológicas da população negra³³.

Assim podemos considerar o episódio do falso boato de rebelião escrava em Antonina como um mecanismo de manutenção das hierarquias sociais e da ordem

³¹ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.53. Ver também: COMAR, Michelle. **Imagens de ébano em altares barrocos**: as irmandades leigas de negros em São Paulo (séculos XVIII-XIX). Dissertação (mestrado em História Social). São Paulo: USP, 2009; REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: irmandades de negros e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

³² LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Em certa corporação: politizando convivências em irmandades negras no Brasil escravista (1700-1850). In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, n.30, 1999, p.35.

³³ *Ibid.*, p.11-15; REIS. **Op. Cit.**, 1991, p.55.

escravocrata vigente na sociedade antoninense, uma vez que sua propagação seria produto da inconformidade dos membros da igreja Matriz – não escravos e prováveis confrades em irmandades de pessoas brancas, como as do Santíssimo Sacramento ou de Nossa Senhora do Pilar, padroeira da cidade – em relação aos altos valores de dinheiro arrecadado, a transferência do Santíssimo para a igreja do Rosário e a reforma da mesma, espaço mantido e frequentado por uma irmandade de pessoas negras.

Considerações finais

Este artigo buscou explorar o episódio do boato de rebelião escrava que ocorreria em Antonina no ano de 1859. Partindo de um ofício enviado pela Câmara Municipal ao Presidente da Província do Paraná, juntamente com o relatório do chefe de polícia da Província e um artigo do jornal Dezenove de Dezembro, nos debruçamos num Paraná escravista, onde buscamos indícios e hipóteses sobre os objetivos, sentidos e usos de tal boato.

A narrativa do episódio nos levou a entender as noites de ensaio da Congada, onde se juntavam os escravos da cidade e dos distritos rurais, enquanto “caldo de cultura favorável” para a propagação da notícia de que Antonina estaria exposta a uma possível rebelião escrava sob pretexto de uma liberdade que lhes teriam sido conferida e sub-rogada por alguma autoridade do Império ou pelo próprio Imperador.

A análise das fontes, juntamente com as leituras da bibliografia aqui referida, ainda proporcionou duas possíveis vertentes dos sentidos e usos do boato propagado em Antonina: o “medo branco” perante a rebelião escrava e o caminho coletivo para a liberdade dos escravos; assim como o seu objetivo de impedir a reforma da igreja do Rosário desviando as atenções dos negros membros da Irmandade de São Benedito.

O desenvolvimento da pesquisa apresentou o boato – dialogando com as propostas de Marc Bloch – enquanto prática comunicativa e interpretativa de informações instáveis, essencial em momentos de incertezas e presente no dia-a-dia de nosso passado escravista, sendo que a investigação nos permitiu expor uma outra cartografia da sociedade em que foi espalhado. Lidamos aqui com uma sociedade de senhores e escravos, no qual o primeiro grupo se aproveitou de um ambiente de incerteza para a manutenção das hierarquias sociais e da ordem escravocrata vigente através da propagação de um boato de rebelião escrava.